

HERON CHARNESKI

Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (LL.M) em Direito Comercial Internacional pela University of California, Davis (UC, Davis). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Advogado e Contador. Sócio-fundador de Charneski Advogados.

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XXIV



Editora Quartier Latin do Brasil

Rua General Flores 508 – Bom Retiro, São Paulo – SP

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira
Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno
Diagramação: Victor Guimarães Sylvio
Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares
Capa: Anderson Santos Pinto

CHARNESKI, Heron. Normas Internacionais de Contabilidade e Direito Tributário Brasileiro – Série Doutrina Tributária Vol. XXIV. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

1. Direito Tributário. 2. Contabilidade. 3. IFRS.

I. Título

ISBN: 85-7674-930-0

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Contabilidade
3. Brasil: IFRS

011-9605

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	13
Prefácio.....	15

INTRODUÇÃO, 19

CAPÍTULO I

EXAME METODOLÓGICO DO RELACIONAMENTO ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E A CONTABILIDADE, 31

1.1. Níveis de intercomunicação científica: da menor para a maior influenciabilidade do direito tributário pela contabilidade.....	34
1.1.1. Distinção pura e simples dos objetos	34
1.1.2. Distinção pura e simples dos objetivos.....	39
1.1.3. Direito tributário positivo como linguagem.....	43
1.1.4. Direito tributário positivo como sistema.....	48
1.1.5. Concepções descritiva e normativa dos conceitos contábeis.....	51
1.2. Modelos teóricos de relacionamento entre os balanços tributário e contábil.....	56
1.3. Natureza das diferenças entre os balanços tributário e contábil e a problemática das diferenças temporárias.....	66
1.4. Relacionamento normativo entre o tributário e o contábil no modelo brasileiro.....	72
1.4.1. Período clássico.....	72
1.4.2. Período transitório	75
1.4.3. Período contemporâneo	78

CAPÍTULO II

CONVERGÊNCIA AO PADRÃO IAS/IFRS NO BRASIL, 85

2.1. Processo de convergência ao padrão IAS/IFRS.....	88
2.1.1. Origens e experiência estrangeira.....	88
2.1.2. Características do processo brasileiro de convergência.....	95
2.1.2.1. Contexto geral	95

2.1.2.2. Juridicização do padrão IAS/IFRS nas demonstrações financeiras individuais e seus reflexos: em que sentido se fala em direito contábil.....	98
2.1.2.3. Veiculações jurídicas e aplicações por tipos societários.....	105
2.1.2.4. Diferenças normativas entre o padrão local e o padrão internacional.....	111
2.2. Princípios do ordenamento contábil brasileiro a partir da convergência.....	114
2.2.1. Continuidade.....	115
2.2.2. Substância econômica.....	116
2.2.3. Custo histórico e valor corrente como bases relevantes de mensuração.....	121
2.2.4. Prudência, no sentido de neutralidade.....	130
2.2.5. Competência.....	133
2.2.6. Julgamento.....	136
2.2.7. Transparência.....	139

CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO EM FACE DA CONVERGÊNCIA AO PADRÃO IAS/IFRS, 141

3.1. Segurança jurídica e legalidade tributária.....	144
3.1.1. Contornos gerais.....	144
3.1.2. Órgãos reguladores como autores da hipótese de incidência. Reserva de lei e “tipicidade cerrada”. Exame do art. 58 da Lei nº 12.973/2014.....	147
3.1.3. Contadores como protagonistas da base de cálculo. Princípio do julgamento e o uso de cláusulas gerais e conceitos indeterminados pela lei tributária.....	154
3.1.4. Substância econômica na visão contábil e legalidade tributária. Proibição de analogia gravosa como limite à exigência de tributo não previsto em lei.....	160
3.2. Igualdade e capacidade contributiva.....	167
3.2.1. Contornos gerais.....	167
3.2.2. Valor corrente, prudência e capacidade contributiva.....	172
3.2.3. Generalidade. As diferenças internas das normas contábeis.....	182
3.2.4. Universalidade. A consideração dos fatores positivos e negativos da renda. As limitações à compensação de prejuízos fiscais.....	185

3.3. Discriminação de competências tributárias.....	189
3.3.1. Conceitos ou tipos constitucionais. A expressão “renda”.....	189
3.3.2. Renda tributável na legislação infraconstitucional	196
3.3.2.1. Digressões em torno do art. 43 do CTN	196
3.3.2.2. “Aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica” e realização da renda. Conteúdo no art. 43 do CTN.....	201
3.3.2.3. Tributação sem “aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda” na Lei nº 12.973/2014: rastreadabilidade por meio de subcontas e ganho por compra vantajosa.....	209

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO: A QUESTÃO LINGUÍSTICA, 215

4.1. Interpretação e integração no Código Tributário Nacional.....	217
4.2. Analogia “não gravosa” como critério válido de integração	221
4.3. Juízes tributários como intérpretes de normas contábeis no processo de integração da lei tributária	224
4.4. Relações entre normas jurídicas tributárias e contábeis: arts. 109 e 110 do CTN.....	227

CAPÍTULO V

REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DE NOVAS DETERMINAÇÕES CONTÁBEIS NO CONTEXTO DA LEI Nº 12.973/2014, 243

5.1. Estoques (Pronunciamento CPC 16)	246
5.2. Instrumentos Financeiros com Característica de Patrimônio – IFCP (Pronunciamentos CPC 38, 39 e 48).....	248
5.3. Receitas e Receita de Contrato com Cliente (Pronunciamentos CPC 30 e 47).....	256
5.4. Pagamento baseado em ações (Pronunciamento CPC 10).....	268

CONCLUSÃO, 273

REFERÊNCIAS, 281